



Fotogaleria
Madalena, ex-libris português de Olivença



Porto
As mesas de topo a 20€ da Restaurant Week



Fotografia
Como seria o rosto se fosse mais simétrico?



Ministério Público chama a atenção para corrupção nas alterações ao uso do solo

06.12.2011 - 17:07 Por Idálio Revez

Votar ★★★★★ | 0 votos ★★★★★

0

Gosto 0

23 de 32 notícias em Sociedade « anterior seguinte »

A falta de uma política e de uma lei de solos actual constitui fonte de muitos crimes de corrupção e tráficos de influência. O caso foi lançado para o debate, hoje, na Universidade do Algarve, pela Vice Procuradora-Geral da Republica, Isabel São Marcos, na abertura do ciclo de conferências “Ministério Público e o combate à corrupção”.



As mudanças no uso do solo geram mais-valias que ficam nas mãos dos privados (Paulo Carriço/arquivo)

0

Tweet

0

Share

ESTATÍSTICAS

3 leitores

1 comentários

SIGA-NOS



Twitter Facebook RSS

FUNCIONALIDADES

Diminuir Aumentar
Comentar Imprimir
Enviar Corrigir
Feedback Partilhar

URL DESTA NOTÍCIA

http://publico.pt/1524004

COMENTÁRIO + VOTADO

A grande e a pequena corrupção

Vejam em Albufeira, Freguesia de Olhos de Água. Quantos laranjais e campos de cultura deram lugar a ...

MA

06.12.2011 20:01

A dificuldade em atacar o sistema de interesses instalados, disse, resulta não “tanto pelos elevados lucros que a construção civil consabidamente proporciona, mas sobretudo por via das exorbitantes vantagens pela diversa classificação, abusivamente atribuída aos solos”

Isabel São Marcos justificou a introdução desta tema pelo facto de se encontrar no Algarve, onde as questões do urbanismo assumem particular significado e ter conhecimento de causa sobre a matéria, uma vez que trabalhou na região ao serviço do Ministério Público durante alguns anos. As relações de poder e de interesses, em muitos dos casos, resultam de dois factores: “um indevido aumento de ocupação dos solos, ou uma ilegal mudança dos usos a que tradicionalmente estavam destinados”.

O presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve (CCDR), João Faria, em declarações ao PÚBLICO, adiantou que uma alteração da classificação de um solo rural para urbano, segundo um estudo desenvolvido pela CCDR, representa uma mais valia de cerca um milhão de euros por hectare. Em países como a Finlândia ou o Reino Unido, sublinhou, “essa mais valia destina-se ao Estado, em Portugal fica nas mãos de particulares”.

“O crime compensa”

O combate aos crimes relacionados com a corrupção, defendeu Isabel São Marcos, passa por uma alteração do sistema penal. “O desadequado sistema de Justiça é em grande parte responsável por uma certa imagem de impunidade, que por vezes a Justiça projecta para a sociedade”, disse. A este propósito, citou um estudo da Faculdade de Economia e Gestão do Porto, de há um ano, revelando que o peso da economia paralela em final de 2010 representava 24 por cento do Produto Interno Bruto e o branqueamento de capitais atingia os 50 por cento do PIB.

Por seu lado, a directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), Cândida Almeida, à margem do encontro, reconheceu que os crimes de corrupção ligados ao urbanismo, representam “uma via muito utilizada, muito ténue, que leva ao branqueamento de capitais”. E nas zonas em que se transformou o país “quase numa árvore de cimento armado, esse é um meio de branqueamento de capitais”.

O ex-director da Polícia Judiciária, José Braz manifestou a opinião de que “o sistema de justiça penal falhou” no diz respeito ao combate à corrupção. Os números divulgados pelas estatísticas, disse, não revelam a realidade “porque as verdadeiras ameaças do crime organizado não estão, como é sabido, na criminalidade participada”.

As organizações que se dedicam a estas práticas, disse, “controlam grupos e empresas que perseguem actividades perfeitamente lícitas, numa simbiose quase perfeita capaz de camuflar actividades ilícitas e sobretudo de branquear e de introduzir nos circuitos financeiros os elevados proventos obtidos de um crime que, afinal compensa”.

+ Lidas + Comentadas + Partilhadas Últimas

1. FMI reconhece que calculou mal o impacto da austeridade na economia
2. Uma viagem ao delirante mundo dos carteiristas
3. Função pública perde “subsídio” nos três primeiros dias de faltas por doença
4. Vítor Gaspar admite “mitigar” aumento dos impostos com novos cortes na despesa
5. Associações lançam campanha pelo reconhecimento do trabalho sexual
6. Governo antecipa aumento da idade da reforma para 65 anos na função pública
7. Salto de austríaco a mais de 36 mil metros abortado por agora
8. Mário Soares diz que Portas deve demitir-se “o quanto antes”
9. Funcionários públicos recebem um dos subsídios, mas em duodécimos
10. Eurostat chumba solução do Governo para o défice de 2012

Exclusivo Assinantes